

HABEAS CORPUS Nº 486.040 - MG (2018/0343294-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
FABIANO TORRES BASTOS - MG072008
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : GILMAR ALVES PEREIRA

EMENTA

PENAL. *HABEAS CORPUS*. DESOBEDIÊNCIA. PRETENSÃO DE RECONHECIMENTO DE ATIPICIDADE DA CONDUTA. DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES IMPOSTAS QUANDO DA CONCESSÃO DE PRISÃO DOMICILIAR (ART. 117 DA LEP). HIPÓTESE EM QUE JÁ EXISTE SANÇÃO ESPECÍFICA PARA TANTO (REGRESSÃO DE REGIME). CRIME SUBSIDIÁRIO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO.

1. O Superior Tribunal de Justiça firmou a orientação de que o crime de desobediência é subsidiário, estando configurado apenas quando, desrespeitada a ordem judicial, inexistir sanção específica, ressalvada expressa cumulação.

2. Evidenciado que o descumprimento das condições impostas quando da concessão da prisão domiciliar, prevista no art. 117 da Lei de Execução Penal, importaria na regressão de regime prisional, não há falar em crime de desobediência, dada a existência de sanção específica cominada.

3. Ordem concedida para declarar a atipicidade da conduta atribuída ao paciente na Ação Penal n. 0029554-64.2017.8.13.0351, da 1ª Vara da comarca de Janaúba/MG, absolvendo-o, por consequência.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, conceder a ordem de *habeas corpus* nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro e Laurita Vaz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Sustentou oralmente a Defensoria Pública de Minas Gerais pelo paciente, Gilmar Alves Pereira.

Brasília, 28 de março de 2019 (data do julgamento).

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator